

LER, ESCREVER E CONTAR
NA EMIGRAÇÃO OITOCENTISTA

Jorge Fernandes Alves*

Antigamente entendiam os camponeses - e entendiam muito bem – que antes de enviarem um filho para o Brazil era do seu imprescindível dever o manda-lo ensinar a ler, escrever e contar; mas este bom costume obliterou-se com o aparecimento dos engajadores; porque estes não querem saber de aptidões, nem de sexos ou idades: basta-lhes o número de cabeças.

J.R. de Oliveira Santos, “Emigração”,

O Comércio do Porto, 25.11.1886

As rivalidades internacionais dos finais do século XIX produziram os seus efeitos ao nível dos discursos sobre a emigração e as representações sobre as formas de intervenção estatal neste complexo fenómeno. Nos debates político-ideológicos da altura, esta problemática é, em grande medida, encarada como uma disputa entre os vários países produtores de emigração no sentido de controlarem os melhores mercados de trabalho nos espaços americanos (no caso português, quase exclusivamente o brasileiro) e da necessidade de acautelarem posições já alcançadas

* Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

historicamente, sob pena de as chamadas “colónias” nacionais se deixarem ultrapassar por emigrantes de outros países chegados mais recentemente.

Um dos aspectos mais visíveis nesses discursos é o clamor contra o analfabetismo, sugerindo-se medidas que vão desde a promoção da escola nas regiões de partida à proibição pura e simples da emigração dos analfabetos. Esta preocupação com o analfabetismo, que surge quase sempre equacionada numa perspectiva relativa e raramente numa preocupação absoluta, constitui um claro indicador desse raciocínio comparativista que nos remete desde logo para o problema mais geral das migrações europeias, nomeadamente para a reordenação dos fluxos nacionais face aos processos de modernização que se vão operando nos diversos países emissores e da revitalização ou esgotamento dos papéis que as emigrações desses países podem assumir nos países de recepção.

Nesse contexto, um dos lugares comuns que entretanto se vai generalizando é o que identifica emigração com atraso económico, de que o analfabetismo era um dos indicadores mais expressivos, na sua associação à pobreza e obscurantismo, situação desde logo atribuída aos países mediterrânicos então em voga nos circuitos da emigração (Portugal, Itália, Espanha). Isto apesar de uma nação industrializada e em plena liderança como a Inglaterra continuar a apresentar uma elevada taxa migratória que a colocava entre os primeiros países emissores, até à primeira guerra mundial, persistindo ainda a emigração, de um modo geral, nos outros países entretanto industrializados. Três registos discursivos se sobrepõem, então, na problemática emigratória:

- 1) o atraso económico, com o estendal de miséria, de analfabetismo e consequente escassez de capacidade individual, a suscitar uma atitude de moralismo paternalista em relação ao emigrante desprotegido, constitui uma

explicação global que encarava a emigração como um sintoma da desordem sócio-política e económica das nações emissoras e solicitava medidas restritivas e orientadoras;

- 2) em sentido oposto, erguiam-se vozes institucionais que encaravam a emigração como um direito inalienável que se desenvolvia num espaço de decisão individual e, nessa medida, o exercício de emigrar era visto também como um acto de cidadania e, conseqüentemente, de modernização social;
- 3) numa outra linha, fazia-se sentir a interpretação de que a emigração se desenvolvia também num campo de acção colectiva, através da valorização de afinidades, favores, apadrinhamentos, inserindo-se em redes de diverso tipo (familiares, locais e regionais), urdidas através de persistentes tramas históricas, uma posição que, mais recentemente, a historiografia tem vindo a recuperar.

Naturalmente, os diferentes tipos de registo acima apontados conduzem a diversas formas de equacionar o problema da alfabetização/analfabetismo na emigração, desvalorizando ou valorizando as competências de alfabetização apresentadas.

1. Ler e escrever na emigração

Se nos confinarmos ao caso da emigração portuguesa para o Brasil, logo na década de 1840 se encontram preocupações relativamente à capacidade de saber desempenhar um ofício ou de “ler e escrever bem”, tal como recomendava a *Revista Universal Lisbonense*¹ aos candidatos à emigração, que acrescentava a este requisito o da conveniência de os mesmos pagarem a sua própria viagem. Estávamos então na

¹ “Emigração, *Revista Universal Lisbonense*, 1ª série, 4º tomo (1842), p.23.

fase em que já se verificava uma importante actividade no engajamento de colonos, isto é, no recrutamento de trabalhadores rurais analfabetos, que se comprometiam em contratos leoninos pelos quais recebiam pagamentos antecipados a solverem com o seu trabalho no Brasil, facto que frequentemente os amarrava a fazendeiros sem escrúpulos, que transformavam a relação contratual numa verdadeira “escravatura branca”. Era uma situação derivada da reciclagem de traficantes negreiros que procuravam um novo mercado de mão-de-obra, dadas as dificuldades emergentes no abastecimento de escravos. As competências acima indicadas eram essenciais para o emigrante garantir a sua autonomia, não se deixar enredar na teia de engajadores, transportadores e fazendeiros e, assim, desenvolver um percurso de emigração livre, na linha dos padrões anteriores da emigração tradicional para o Brasil, vocacionada para os trabalhos urbanos do comércio ou ofícios, subsistindo numa sociedade em que o trabalho braçal ainda era apanágio do escravo.

Esta situação mostra-nos, por outro lado, que a emigração é essencialmente um processo de relações entre dois pólos, verificando-se desajustamentos entre os emigrantes que o país emissor pode ou quer deixar sair e os que o país receptor deseja receber. Dependendo da conjuntura e das capacidades de selecção que cada um destes países pode desenvolver, assim se verifica maior ou menor aproximação aos seus objectivos. Se o Brasil pretendia essencialmente mão-de-obra rural jovem, robusta e não ilustrada para o processo de substituição da escravatura em declínio, só parcialmente atingiu esses objectivos, apesar das diversas estratégias postas ao serviço do recrutamento de colonos. Por outro lado, durante o século XIX, nunca demonstrou capacidade para dominar o controlo do comércio pelos portugueses nas áreas urbanas mais importantes, nem de acabar com o papel dos comerciantes portugueses na alimentação de redes familiares, locais e regionais de emigração, que asseguravam a

manutenção e reprodução das casas de comércio (do pequeno varejo de rua ao grande negócio) através de caixeiros portugueses com recomendação, apesar de campanhas públicas e parlamentares a favor da “nacionalização” do comércio.

Se, relativamente às “levas” de colonos, na sua maior parte recrutados nas ilhas atlânticas mas também no Norte de Portugal, há muitas referências ao seu analfabetismo, já para os emigrantes que saíam pelo Porto as referências que aparecem por exemplo nos anos 70, no âmbito do Inquérito Parlamentar sobre a Emigração, apontam para a situação de a maior parte saber ler, segundo o governador civil do Porto, tanto mais que a situação de colono era minoritária no fluxo desta origem geográfica. Pela mesma altura, o cônsul do Pará, por exemplo, reconhecia que talvez $\frac{3}{4}$ dos emigrantes soubessem “ler, escrever, e as quatro operações aritméticas, mas imperfeitamente”, embora a instrução apresentada fosse obtida pelas rotinas da profissão e por processos antiquados², fazendo porventura referência à auto-aprendizagem, nomeadamente no campo da escrita e leitura comercial que os caixeiros praticavam, no interior dos estabelecimentos, contando com os tempos mortos e os colegas mais velhos. Mas referencia ainda alguns emigrantes com instrução secundária e alguns poucos com instrução superior.

Tudo depende, portanto, da composição dos fluxos migratórios, suas origens, recrutamentos e destinos. No caso da emigração saída pelo Porto, tendo em conta uma exploração dos registos de passaporte para os emigrantes com origem no distrito, pudemos já verificar que a taxa de alfabetização se situava no limiar dos 60-70%, se considerarmos como alfabetizados os que sabiam assinar, perspectiva naturalmente optimista. A situação era radicalmente diferente para as mulheres, onde a taxa de analfabetismo já rondava os 70-80%, números esperados, dada a marginalização da

² *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa pela Comissão da Câmara dos Senhores Deputados*, Lisboa, 1873, p. 141.

mulher portuguesa em relação à escola, quer julgando-se-lhe a alfabetização desnecessária, quer pelo próprio sistema escolar que só comportava uma pequena parcela de escolas femininas ou mistas, sabendo-se no entanto que a componente da emigração feminina era muito diminuta (10% nos anos de 1850, 30% na década de 1890)³.

A preocupação com o saber ler e escrever surgia, portanto, como própria dos familiares que pensavam na “arrumação” comercial dos descendentes, preocupação que em vários casos ía mais além, não faltando recomendações explícitas no sentido de se dotarem rapazes com instruções de escrita comercial, algum latim e navegação, para lá da língua e da aritmética, relativamente aos candidatos que do Porto procuravam o Rio de Janeiro com destino a casas de maior relevo na Praça. Mesmo nas famílias das zonas rurais, que seguiam a estratégia tradicional de enviarem primeiro os candidatos à emigração para as casas comerciais do Porto, onde tirocinavam e arranjavam as recomendações para os respectivos correspondentes do Brasil, havia essa preocupação com as primeiras letras. A preparação da partida incluía um conjunto de itens, que se contabilizavam no património familiar, pois funcionavam como uma doação para efeitos de partilhas futuras de bens, daí que em documentos notariais relacionados com esta matéria (dotes, doações e testamentos) se possam detectar algumas informações. Por exemplo, a José, filho de Manuel da Costa Cruz, de Santiago de Bougado, foram-lhe contabilizadas as seguintes verbas (por adiantamento de um tio, segundo um testamento de 1840) com vista à ida para o Brasil:

- ao contramestre do navio por passagem, cama e mesa - 30\$000 réis;
- para levar em si – 9\$600 réis;

³ Jorge Fernandes Alves, *Os Brasileiros- Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto, 1994, p. 211-219. No sentido de evitar a saturação em notas de rodapé, chamamos a atenção para o facto de as

- por um sobrecasaco de baetão inglês fino – 6\$400 réis;
- Biscoutos e mais preparos, e pagamento ao Mestre na Escola por dois anos, 60\$000 réis.

A emigração portuguesa está longe, pois, de poder reduzir-se a um fluxo de colonos engajados nas malhas dos contratos de locação de serviços. No movimento migratório que anualmente saía de Portugal, particularmente no distrito do Porto (aquele cujas características aprofundei), é possível detectar, entre 1836 e 1880, várias especialidades profissionais que só se compreendem com um apreciável nível de alfabetização, ou mesmo formação mais elevada. Desde logo os profissionais ligados ao comércio, para quem não bastavam as primeiras letras, exigindo-se-lhes a escrita comercial com os formalismos inerentes a exigirem pelo menos habilitação prática adquirida em estabelecimentos comerciais, embora não falem nas folhas dos jornais anúncios a publicarem disponibilidade para o ensino particular de “partidas dobradas”. Mas também os cirurgiões da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, que, tal como os de Lisboa, eram preteridos em Portugal nas nomeações face aos médicos da Universidade de Coimbra, tendo portanto na emigração para o Brasil uma importante saída profissional, depois de esgotada uma outra ocupação constituída pelos próprios veleiros da emigração, que, face a uma lei de 1842, deveriam obrigatoriamente levar cirurgião a bordo. Ou mesmo muitos eclesiásticos que, face a uma pesada densidade clerical nas províncias do Norte, viviam de expedientes litúrgicos diversos e se viam obrigados a emigrar para encontrar paróquia.

Finalmente quantos rapazes emigravam ainda sem profissão definida mas com formação escolar que muitas vezes ultrapassava as competências primárias do saber ler, escrever e contar! Neste grupo podemos mesmo incluir jovens com ambições

afirmação não documentadas neste artigo serem referenciáveis na obra citada.

intelectuais, que depois se dedicavam ao jornalismo ou às belas-letas, particularmente a poesia. Um bom testemunho desta situação é Francisco Gomes de Amorim, que partindo até como analfabeto e com contrato de locação de serviços em tenra idade para o Brasil, de lá voltou cedo e como escritor de mérito, com uma obra literária que inclui a biografia de Garrett e vários romances, para além de uma intensa colaboração jornalística. É ele próprio, no estilo hiperbólico do romantismo, que nos fala, através de artigos no *Arquivo Pitoresco*, a propósito da publicação do *Album do Grémio Literário Português no Rio de Janeiro* e das revelações literárias nele contidas, na natureza expulsiva do clima intelectual português minado pela “febre industrial” do fontismo, pela “vertigem de andar depressa”, pelo “gozo material”, o que fazia com que as “leituras queridas da actualidade” fossem os relatórios, os contratos, as contas de gerência, em que o Deve e o Haver seriam a “suprema expressão da humanidade”. Para fugir a esta “opressão dos melhoramentos materiais”, os jovens intelectuais só teriam uma saída: emigrar para o Brasil. Para Gomes de Amorim, que noutros textos fala das agruras da emigração para o Brasil, aqui pode “cantar-se sem receio de ser interrompido pelos bramidos horrorosos da mecânica, ou pelo desdém insultador dos materialistas”, em toda a parte a natureza brasileira convidaria ao canto, apesar dos infortúnios que a emigração provocava. E informava:

Da cidade do Porto, de Viana, de Braga, e de outros lugares da província do Minho, que antigamente não exportavam senão escravos brancos para os mercados do novo mundo, partem agora, e quase diariamente, mancebos, ricos apenas de talento, que não achando na terra natal facilidade de cultivar as letras, e de adquirir ao mesmo tempo os meios de uma honesta subsistência, a vão procurar entre os seus irmãos de além-mar, cuja língua, religião e

literatura se confundem com as da pátria. Naquele grande império, o comércio não tem horror à leitura: lêem-se com prazer os bons versos, e o caixeiro da mais modesta quitanda sabe de cor Os Lusíadas. Também lá vive, como em toda a parte, um grande número destes selvagens que chamam ao mecanismo do verso uma engenhosa tolice e que não compreendem a utilidade do poeta no meio das sociedades bem organizadas; mas para esses o homem que fala com as musas é um doido pacífico e inofensivo, que não vale a pena contrariar. Em vista disto, não admira que o Brasil seja o grande consumidor dos livros que se imprimem em Portugal, que os mancebos portugueses residentes nas diversas províncias do jovem império sejam muito dados à cultura das letras, e que no Rio de Janeiro haja, entre outras muitas e muito úteis associações, um Grémio Literário Português, que sendo composto na maior parte por gente do comércio, é muito superior ao Grémio Literário de Lisboa, fundado por muitos dos primeiros escritores de Portugal⁴.

Naturalmente que este quadro idílico traçado por Gomes de Amorim não podia corresponder à verdade, para a maioria das situações. Em todo o caso escritores de mérito e outros profissionais intelectuais sempre viram no Brasil um horizonte mais viável, libertador das tensões que os constrangiam no seu meio acanhado de origem: se quisermos alguns nomes sonantes em relação ao Porto, bastará falar de Faustino Xavier de Novais, poeta romântico de algum êxito que partiu para o Rio de Janeiro nos meados do século passado, vindo a trabalhar para importantes firmas comerciais, ao mesmo tempo que se inseria nos meandros intelectuais do Brasil (a sua irmã veio a casar com Machado de Assis); e, para os finais do século, não poderemos deixar de evocar Ricardo Severo, arqueólogo em Portugal, conspirador republicano na revolta

⁴ F. Gomes de Amorim, “Poetas Portugueses no Brasil – Francisco Gonçalves Braga”, *Arquivo Pitoresco*, vol. 3, 1860, p.10-11

de 31 de Janeiro, que, exilado para o Brasil, ali se fixou, mesmo após a amnistia e uma breve viagem a Portugal, vindo a tornar-se num dos arquitectos mais reputados de S. Paulo. Uma longa lista poderia aqui ser evocada, mas só se tornaria eficaz com uma descrição biográfica de pormenor. Sampaio Bruno mostrou-nos como ao findar do século, face à crise económica mas também moral da sociedade portuguesa, indivíduos de todos os estratos, incluindo os superiores, optavam por emigrar para o Brasil, partindo com propósitos definitivos, levando a “família inteira”.

2. Emigração e sistema de ensino

É neste contexto de uma emigração que incluía uma componente relativamente importante de “letrados”, cujas qualificações seriam consideradas supérfluas numa sociedade rural e rotineira, mas preocupada com a preparação escolar do emigrante, percebida como um factor de mobilidade social, que se justifica a transcrição da epígrafe com que abri o presente artigo. Da autoria de Oliveira Santos, ele próprio um “brasileiro” de retorno, o texto é extraído de um conjunto de artigos sobre os problemas que então se colocavam à emigração e sublinha-nos essa prática social de alfabetização dos filhos de camponeses que se preparavam para partir. Por essa altura, o texto data de 1886, o autor afirma estar-se num tempo de transição, entre dois modelos de emigração: a) um modelo, que parece em vias de esgotamento na altura, em que a emigração era basicamente apoiada e organizada pela estrutura familiar de retaguarda, preocupada com a “arrumação” do emigrante no local de destino, daí a preocupação dominante ser a do fornecimento de um saber letrado; b) a afirmação de um novo modelo, em que o emigrante era recrutado pelos “engajadores”, isto é, por agentes do Estado brasileiro encarregados de fornecer trabalhadores às plantações, procurando essencialmente uma mão-de-obra desqualificada e barata, em grande

quantidade e em que a alfabetização a existir até funcionaria negativamente, na medida em que introduzia um disfuncionamento entre as expectativas do emigrante e o destino que lhe era proposto pelos potenciais empregadores. Tanto a dicotomia como a cronologia não são totalmente exactas, sugerindo uma representação redutora e fixista da diversidade observada na emigração. No entanto, a legislação portuguesa procurou gradualmente obstar à saída de jovens antes do serviço militar cumprido, o que originou clandestinidade, precipitação e desqualificação do emigrante jovem; por outro lado, o Brasil ganhou mais interesse em promover a imigração de populações rurais, recrutadas directamente nas províncias, sem viverem a fase “viciadora” da cidade e da criação de expectativas típicas da sociedade urbana e, portanto, mais capazes de se fixarem nas plantações. Tudo conjugado, não será para admirar um acréscimo de analfabetismo. Mas, como já tivemos oportunidade de defender noutra lugar⁵, um novo tipo de emigração não aniquila o outro, o fluxo migratório oitocentista de Portugal para o Brasil sempre incluiu formas tradicionais e novas modalidades, ao sabor da conjuntura, pelo que qualquer tentativa de periodização terá de reconhecer o carácter deslizando da cronologia neste domínio, em que a única possibilidade é apontar tendências.

No entanto, se relacionarmos o quadro caracterizado por Oliveira Santos com a história da institucionalização da escolarização em Portugal parece emergir um paradoxo, pois o tempo oitocentista vive ele próprio um outro problema, o de ter uma escolarização decretada bastante cedo numa perspectiva comparada com a situação de outros países, mas não realizada e que só muito gradualmente se vai implantando no terreno à medida que avançamos para o século XX. Assim, pode parecer um

⁵ Ver nota 3.

contra-senso falar-se de uma maior alfabetização para os tempos mais recuados e um crescendo de analfabetismo para tempos ulteriores.

A verdade é que estamos a falar de emigração, isto é, de uma fracção de população que desenvolve uma aprendizagem das primeiras letras precisamente para sair do território, o que em alguma medida deixa, em termos relativos, o país de partida mais analfabeto. Esta aprendizagem, como o exemplo acima citado (referente a Bougado) mostra, muitas vezes não se desenvolve em termos de sistema escolar, isto é, de escolas oficiais, mas sim em situações de ensino privado, em que alguns professores praticam o ensino individual ou colectivo pelas aldeias e casas particulares, respondendo a uma procura que só se desenvolve se houver perspectivas de partida e emprego nas áreas comerciais das grandes cidades - Porto, Lisboa ou, do outro lado do mar, Rio de Janeiro, Baía, Pernambuco, Pará.

Um relatório elaborado em 1864 pela Junta Geral do distrito do Porto sobre as necessidades e melhoramentos desta circunscrição administrativa lança-nos alguma luz sobre esta situação local do ensino primário. Referindo um mapa corográfico do distrito, em que as freguesias com escola eram designadas a vermelho e as sem escola a preto, observavam os procuradores que “negrejavam os nomes das terras, aparecendo apenas de longe a longe uma ou outra escola, como estrelas em noite tempestuosa”. Isto no que se referia às escolas destinadas ao sexo masculino, pois no sexo feminino só dois concelhos (Porto e Paredes) iam além de uma mestra de meninas, surgindo cinco concelhos que não tinham mesmo nenhuma. Neste contexto, a necessidade não podia exprimir-se por expressões como “desenvolver ou ampliar” o sistema, sendo mais adequadas as de “estabelecer e fundar” a instrução primária no distrito, mostrando a Junta, concelho a concelho, o número de escolas a criar. Mas, para além disso, punha-se em causa o sistema adoptado de tornar público todo o

sistema de ensino primário, escudado em professores mal pagos e sem habilitações adequadas (frequentemente nomeados por interferência do deputado local), que não ofereciam condições de ensino adequado às famílias, embora tivessem a garantia de alunos conferida pela lei que só a eles permitia ensinar, por terem habilitação oficial de professor do ensino primário. Pedia-se, pois, a alteração da lei no sentido de permitir a liberdade de ensino aos mestres particulares que tradicionalmente ministravam as primeiras letras, elementos a que a nossa historiografia tem dado pouco relevo, mas responsáveis por uma parte substancial da instrução popular, a que as famílias recorriam, tanto mais que a sua oferta de ensino se ajustava melhor aos tempos da vida rural. Vale a pena ler um extracto dessa argumentação:

A Junta de 1862 deliberara pedir a Vossa Majestade o restabelecimento da liberdade de ensino primário e secundário. E esta dependência actual de exames e títulos de capacidade não é liberdade, e o que tem valido é (triste recurso!) não se haver feito caso desta lei radicalmente absurda. Abona-se ela com o exemplo da França, onde o espírito de domínio e influência política penetra todas as instituições desde tempos muito antigos. Quem quererá por tal preço em Portugal um exemplo desta origem?

Diz-se que é preciso esclarecer o público a respeito dos mestres, que o povo crédulo aceita sem exame. Isto, porém, é contra os factos gerais, e só pode ser alegado por quem se iludir com um ou outro caso particular. No fim de tudo, o povo não é tão crédulo como os publicistas de certa escola. É raríssimo ver um ruim mestre particular junto de um bom professor público. Quando se dá esse caso, indague-se, e ver-se-á que umas vezes os públicos limitam-se a aceitar os alunos, enquanto os particulares os procuram, exortam-nos e arrancam-nos à

*ignorância de que nunca sairiam espontaneamente; outras vezes os públicos, sujeitos a um regulamento, dão aula a certa hora incompatível com os trabalhos das classes pobres, enquanto que alguns particulares ocupam-se no ensino todo o dia, desde o nascer até ao pôr-do-sol, sem mais descanso que o preciso para tomarem o alimento indispensável. Alunos repartidos em três e quatro turmas frequentam estas aulas de um trabalho perpétuo para o mestre, sem mais interrupção, às vezes, do que nos dias santificados. É bárbaro perseguir quem trabalha com tanto afã na instrução popular. Alguns mestres particulares, é verdade, sabem pouco e ensinam pouco, mas isso apenas se dá onde, se não fossem eles, não se aprenderia nada*⁶.

Estava-se em plena luta ideológica pela implementação do ensino primário obrigatório, considerado um direito já na Carta Constitucional de 1826 e novamente promulgado na lei de 20.9.1844 (depois de leis anteriores de 1835 e 1836), mas que restava quase letra morta, tanto mais que a lei consagrava a obrigatoriedade apenas para um círculo restrito ao redor de uma escola oficial (2 Km) e aceitava a pobreza como justificação para a não frequência. Para isto muito contribuía o facto de as leis serem obra de militantes da escolarização que não controlavam a implementação dos sistemas idealizados e cujas ideias não se ajustavam ao arcaísmo das estruturas sociais⁷, as quais resistiam à implementação do ensino obrigatório. Este surgia demasiado rígido em horários e tempo de duração, criando problemas com as práticas de utilização do trabalho das crianças no campo, e em exigências, pois para lá de ensinar os rudimentos operativos de ler, escrever e contar procurava introduzir áreas

⁶ “Junta Geral do Distrito do Porto”, *O Comércio do Porto*, 14.09.1864.

⁷ A este respeito, dizia D. António da Costa, quando apresenta as sucessivas reformas da instrução: “Entre nós a cabeça obra mais do que o braço, e pedimos às leis a responsabilidade que deveramos pedir às pessoas”. In *História da Instrução Popular em Portugal*, Porto, 1935, p.169

novas como formação cívica, ginástica e outros saberes num apostolado de progresso a que a sociedade rural raramente vislumbrava utilidade, daí a fuga à escolarização e o abandono da escola:

Que observamos pelos campos? E mesmo nas mais populosas cidades? Em regra, o pobre, desde que o filho pode empregar-se em algum serviço, embora com prejuízo do seu desenvolvimento orgânico, obriga-o a trabalhar, retira-o da escola – se acaso o lá trouxe algum tempo – sem curar de saber o que dela aproveitou: desse dia em diante a criança torna-se para o pai um capital rendoso. Rende pouco, quase nada, mas... que renda cedo! Outros nem chegam a mandar os filhos à escola, ou porque é longe, ou porque dispensam essa superfluidade, de saber ler e escrever, a quem só destinam para cavar a terra. Daí a necessidade urgente, impreterível, do ensino obrigatório; mas... quando e onde houver a escola ao pé da porta⁸.

Assim se exprimia um defensor do ensino obrigatório, que outros impugnavam em nome do direito paterno, criticados por sua vez “ como se o direito paterno não cessasse onde começa o dever social!... Como se assistisse ao pai o direito de cegar o espírito do filho, quando não tem o de lhe cegar o corpo!...” E, no entanto, esta resistência ao ensino fazia com que em Portugal, ao contrário dos outros países europeus, fosse o Estado praticamente o único “empresário da instrução pública”, assumindo 4/5 da dotação para o ensino primário, enquanto em França ou Alemanha predominava tanto o sistema misto (combinação da responsabilidade local com a oficial, através do município, de associações ou fundações) ou mesmo o particular em

⁸ Castilho e Melo, “A Escola Primária”, *A América*, p. 61-63

exclusivo, como em Inglaterra, onde o Estado não criava nem se intrometia nas escolas de nível primário, subsidiando-as somente. Mas em Portugal, mesmo com o Estado a assumir os encargos, havia inúmeras cadeiras do ensino primário criadas em localidades que não funcionavam porque as respectivas Câmaras ou Juntas não assumiam os seus compromissos (fornecer casa e mobília), numa indiferença das instituições locais que varria o País rural de Norte a Sul. As estatísticas da época mostram-nos que pelos meados do século XIX a importância do ensino particular era fundamental, com um número de escolas superior ao do ensino oficial, por exemplo no distrito do Porto, segundo informação do governo civil para 1855-1856. Essa situação prevalece ainda em 1867, como se pode verificar nos dados apresentados por Rodrigues de Freitas par todo o País , mas onde se pode observar que as escolas particulares dominavam em Lisboa e no Porto, sendo elas que asseguravam fundamentalmente o ensino ao sexo feminino⁹.

Neste campo de indecisões em que a escolarização portuguesa se tornou, avultavam os antigos emigrantes como “os mais ardentes propugnadores da instrução popular em Portugal”, convicção retirada de um saber experiencial sobre o efeito da instrução nos meandros da emigração. A dinâmica desenvolvida pelos próprios emigrantes no Brasil ao nível de escolas, de grêmios literários, de gabinetes de leitura e a dimensão que tais instituições atingiram, tudo isso uma prova real de um grande esforço dos emigrantes portugueses no Brasil em busca da ilustração própria e alheia. Mas a preocupação com esse problema foi mais além, objectivando-se na criação de casas de escola em muitas localidades de Portugal, por iniciativa individual ou colectiva de muitos emigrantes, ou em resposta a solicitações de conterrâneos para esse efeito. Se havia uma tradição filantrópica na emigração, que desviava capitais

⁹ J. J. Rodrigues de Freitas (Júnior), *Notice sur le Portugal*, Paris, 1867, p.134-141.

para obras religiosas, tais como confrarias, asilos e misericórdias, com o desenvolvimento das campanhas pela escolarização há os que vislumbram outro campo de acção – o escolar. Há aqui uma variedade de intervenções filantrópicas que convém não esquecer e que, entre doações para colégios e asilos de orfãos, inclui a criação de asilos profissionais, onde se ministra tanto o ensino de primeiras letras como o saber-fazer ligado a actividades industriais: o melhor exemplo neste domínio é o Estabelecimento Humanitário do Barão de Nova Cintra, criado pelo “brasileiro” do mesmo nome, que recolhia e ministrava ensino a órfãos no Porto, ali se instituindo uma fábrica de seda, actividade então em moda.

Mas nesta linha da filantropia educativa, tornou-se paradigmática a atitude do Conde Ferreira, um “brasileiro” de retorno que campeou politicamente nas hostes cabralistas, e que, em decisão testamentária de 1866, deixou um legado de 144 contos de réis para a construção e mobília de 120 casas destinadas a escolas primárias de ambos os sexos, com habitação anexa do professor. Note-se que a falta de instalações, em que por lei a casa e mobília competia às municipalidades, era a razão mais invocada para não funcionarem muitas das escolas primárias entretanto criadas. Na altura, aproveitando-se a ocasião, foi publicada legislação própria (lei de 27.06.1866) que determinava uma dotação complementar de 400\$000 réis por escola, por parte do governo, para as câmaras municipais que concorressem ao legado, ao mesmo tempo que se estipulava um plano de obras em função de condições higiénicas e pedagógicas (arejamento, iluminação, mobília, recreio), que se tornou num modelo arquitectónico que muitas outras escolas vieram a seguir, designado por “escolas Conde Ferreira”. Em vida, à procura de comendas ou títulos nobiliárquicos, ou em legados testamentários, muitos vão ser os “brasileiros” que consagram donativos para a construção de escolas nas suas paróquias de origem, onde não raro faziam colocar no

alto o seu busto de benemérito. Outros, mais modestos, integram-se apenas no movimento de donativos que em acção conjunta levava à construção de escolas. Muitas são as aldeias de entre Vouga e Minho que obtiveram as suas escolas primárias desta forma, num inventário que perseguimos, mas que, pelas dificuldades que apresenta, está longe de ser concluído. Para lá das obras, registre-se também a propaganda na defesa da escolarização e/ou a acção política no mesmo sentido que tantos “brasileiros” de retorno assumiram.

Se múltiplas fontes nos documentam esta preocupação inicial com a formação do emigrante, valorizadora de um ponto de vista individual, mas também colectivo, porque o sucesso no Brasil traria sempre reflexos positivos para a região de partida e directamente para a família de origem (mesadas, remessas para investimento), à medida que se avança no século XIX estas práticas são questionadas. Em argumentação desenvolvida para solicitar medidas ao poder central no sentido de travar ou desviar a emigração para as colónias africanas, há quem comece a equacionar os custos da emigração, nomeadamente os relacionados com uma instrução oficial que só serve para criar emigrantes, isto é, para o abandono das terras que ministram instrução. Este pressuposto enraizado, bastante responsável pela inércia das autarquias locais na difusão do ensino, dados os interesses económicos que as orientavam, veio até bastante tarde através dos discursos das classes mais conservadoras, sendo possível lê-lo com frequência nas actas da Assembleia Nacional salazarista, assumindo-se aí, por diversas personalidades, que alfabetizar era criar desenraizados que acabariam por emigrar e desvitalizar a força demográfica local.

Em sentido oposto, apontavam porém outras solicitações. Autores como Oliveira Martins defendiam uma estreita correlação entre analfabetismo e emigração: “desde que a miséria é a causa principal da emigração, necessariamente os emigrantes são os

menos instruídos e habilitados para ganhar a vida”, explicava no seu *Fomento Rural e Emigração*. No mesmo sentido apontava Afonso Costa, para quem o analfabetismo constituía, entre outros aspectos negativos, um elemento propulsor da emigração. Era um posição que Fernando Emídio da Silva contraditava, mostrando que os progressos da instrução se não fossem acompanhados de progressos económicos acabavam por incitar à emigração, “favorecendo confrontos e aproximações“, embora defendendo que a instrução com o tempo viria a actuar no sentido do desenvolvimento interno, e, além disso, considerava que “a emigração derivada dos progressos da instrução não se compara pela consciência do seu destino com a emigração dos analfabetos que só por acaso não será patológica”¹⁰. Esta posição merece ser realçada, pois quem estude em paralelo emigração e migrações internas, rapidamente reconhece que os emigrantes são em geral mais qualificados que os migrantes internos, ou seja, quem emigra não é muitas vezes o miserável (este arrasta-se pelo país natal), mas o que pressente a miséria e procura fugir-lhe. Estudando os fluxos que saem pela barra do Douro nos meado do século XIX, não é difícil descortinar que na emigração em massa, a liderança de grupos de emigrantes é desempenhada pelos mais letrados, surgindo, por vezes, grupos de minhotos que até levam em sua companhia um presbítero da localidade, a que se pode conferir relevância religiosa mas também acompanhamento temporal. No entanto, os dados que F. Emídio da Silva apresenta sobre analfabetismo na emigração nacional entre 1893-1913, retirados dos boletins de estatística, mostram sempre valores superiores a 50%, agravando-se com o tempo (chegam a ultrapassar a os 60%), mas como o autor reconhece estes dados conglomeram toda a emigração - mulheres, menores de 7 anos -, aspectos que naturalmente adensam o negrume do quadro, para já não falarmos da eventual

¹⁰ Fernando Emídio da Silva, *Emigração Portuguesa*, Lisboa, 1917, p. 19.

destrinça regional de origem que daria valores muito opostos: o alastrar, nos finais do século XIX, da emigração a zonas que durante muitos anos tiveram pouca expressão nestes movimentos (interior transmontano e beirão), bem como a intensificação da emigração familiar, contribuíram para adensar a desqualificação do emigrante português, numa leitura global, de tipo estatístico.

Mas por esta altura, o problema do analfabetismo na emigração já ía mais além: para lá das campanhas pela generalização e obrigatoriedade efectiva do ensino primário para todos e, portanto, também para os futuros emigrantes, verifica-se a atribuição de objectivos no ensino técnico, industrial e comercial, dos inícios do século XX, para a formação de emigrantes. Começava-se, assim, a reconhecer que a alfabetização, enquanto aprendizagem elementar, já não apresentava conteúdos suficientes para a qualificação do emigrante, apesar de a alfabetização estar ainda muito longe de atingir níveis aceitáveis (por 1920, a taxa de analfabetismo na emigração era ainda da ordem dos 40%, a nível nacional). Mas reconhecia-se que eram necessários, pelo menos, conteúdos de tipo económico ou técnicos, conhecimentos sobre o mundo e de línguas vivas. Entrávamos em linha de conta com a evolução das técnicas que o progresso civilizacional arrastava e, sobretudo, com a comparação face aos emigrantes de outras nacionalidades, perante a inércia do nosso campo educativo. Assim, por alturas da criação de uma comissão para a reorganização deste ensino, em 1907, a Câmara Municipal de Braga e a Associação Comercial local pediam explicitamente que, para aquela cidade, fosse considerada a preparação dos emigrantes para o Brasil. Em 1911, era António Arroio que, num relatório sobre o ensino comercial, apontava a necessidade de as escolas de Lisboa formarem o “emigrante comercial para o Brasil, o colono para a África e várias possessões portuguesas”. Este tipo de recomendação começa a surgir em artigos de imprensa e

em intervenções de personalidades públicas. Note-se que a regulamentação das escolas industriais datada de 14.12.1897 já considerava a criação de “missões de trabalho”, através da atribuição de bolsas de estudo aos alunos com distinção que se comprometessem a trabalhar quatro anos em determinadas zonas do império colonial, numa tentativa de desviar estes elementos da emigração e favorecer o desenvolvimento das colónias (a que não seria estranho o exemplo belga). Nesta linha, ainda em 1944 se defendia que as escolas técnicas “situadas nas zonas de emigração não devem desatender as necessidades peculiares de tal preparação”, admitindo-se que tanto poderia ser uma preparação específica ou ter apenas em conta a possibilidade da emigração nas modalidades de ensino existentes¹¹.

3. As “colónias” da emigração no Brasil

As imagens que temos das comunidades, então ditas “colónias”, portuguesas no Brasil não primam pela unidade, no que se refere aos aspectos culturais. O que é compreensível, dada a distribuição geográfica, o contexto de trabalho local, o diferente peso da tradição imigratória de região para região, a conjuntura da emissão/recepção.

O responsável pelo consulado do Maranhão, em 1881, fala-nos do declínio de uma emigração antiga, de tipo aventureiro, que tendia a desaparecer para dar lugar a uma nova emigração em que quase ninguém vinha já entregue à sorte, mas “quase todos atraídos pelo convite protector de parentes e amigos, que constituem o núcleo sedentário e próspero da colónia”, assegurando, por essa via, “um pronto ingresso na carreira comercial”, a mais suave e lucrativa, para o que concorria o hábito de os patrões associarem os caixeiros aos interesses do seu comércio. Mas a educação

¹¹ *Escolas Técnicas – Boletim de Acção Educativa*, vol. I, nºs 3-4, 1947, p. 204-209.

profissional desses comerciantes era “por via de regra, simplesmente prática ou empírica, e adquirida toda neste país, para onde eles costumam emigrar em tenra idade e providos apenas de uma elementaríssima e imperfeitíssima instrução no ler, escrever e contar”, isto é, a educação formal, obtida em escola oficial, era necessariamente reduzida, nem poderia ser de outra maneira, dadas as disponibilidades de ensino em Portugal. A instrução literária raramente ultrapassaria “as noções ministradas por meio dos jornais políticos, dos romances, dos folhetos e das discussões maçónicas”¹², palavras sobranceiras que, apesar de tudo, nos apontam o cultivo de uma importante sociabilidade cultural dos emigrantes.

O vice-cônsul de Portugal no rio Grande do Sul, por 1912, afirma que dos colonos portugueses “muitos são analfabetos, e alguns há que sabem escrever o nome sem saber ler”. Refere a existência local de três sociedades portuguesas de recreio e beneficência, sendo que uma delas – o Centro Republicano Português - tinha aulas de português para os seus sócios e parentes, embora a frequência fosse pequena¹³.

Mais optimista é, pela mesma altura, o cônsul de Pernambuco (José Augusto Ribeiro dos Santos), quando nos fala de jovens portugueses que para ali vão tirocinar no comércio, “notando-se ultimamente entre os imigrantes um certo número de rapazes, caixeiros, com todos os conhecimentos da sua profissão e bem assim literários, o que até certo ponto faz baixar a deplorável impressão que a todo o mundo causa a ignorância e o analfabetismo da sua maioria que mais parece imigrar por espírito de aventura do que em procura do meio estranho com fins, planos e vistas seguras sobre a espécie de trabalho que deverão adoptar ou dedicar-se”¹⁴. Os portugueses que conseguiam fazer fortuna procuravam consolidá-la em títulos de dívida pública Federal ou do Estado, ou então na compra de bens de raiz, mantendo

¹² *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, nº4, 1882, p.237-238.

¹³ *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, nºs 5-6, 1913, p. 201.

relações tradicionais com Portugal, através de pequenas mesadas a familiares, aspecto este que secundariza. Embora considerasse rudimentar, em geral, a instrução da colónia portuguesa ali radicada, sublinhava o facto de haver alguns com “boa educação intelectual”, aparecendo entre os novos emigrantes alguns diplomados com o curso dos liceus e de escrituração comercial. Avaliava a percentagem de analfabetos em 10%, facto que embora apresentasse funda divergência com os dados fornecidos pelas estatísticas globais da emigração se deveria à razão de uma boa parte dos emigrantes receber no Brasil as noções rudimentares e indispensáveis à profissão comercial¹⁵.

Para o cônsul do Pará, se os imigrantes que se destinam à agricultura na sua maioria são e permanecem analfabetos, já os que seguem a carreira comercial procuram instruir-se, quer por uma tendência natural, quer pelas exigências da profissão. Assim, “há muitíssimos indivíduos que aqui chegaram completamente analfabetos ou com rudimentares noções de leitura e escrita, e hoje lêem e escrevem correntemente, contando-se mesmo bastantes que conseguiram adquirir uma regular cultura”, apesar do carácter exaustivo do trabalho comercial, sendo que para essa formação era indispensável roubar tempo ao descanso. Para essa “obra emancipadora” muito contribuía o Grémio Comercial e Literário Português, criado em 1867 e que assegurava, numa magnífica sede, aulas de português, francês, inglês, aritmética e escrituração comercial, disponibilizando uma biblioteca que, por essa altura, já tinha 8000 volumes¹⁶.

Mas naturalmente tudo depende da colónia referenciada. Uma das leituras mais evidentes no que se refere ao declínio da influência da emigração portuguesa é a do cônsul de Manaus, ao falar-nos da colónia no Amazonas e na sua comparação com a

¹⁴ *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, nºs 5-6, 1913, p. 204.

¹⁵ *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, nºs 8-9, 1913, p. 293

de outros países estrangeiros. Implementado em pleno “boom” da borracha, na epopeia dos seringais que o emigrante Ferreira de Castro se encarregaria de narrar em *A Selva*, o fluxo de portugueses para ali direccionado era, segundo a avaliação consular, na sua maioria composto por “pobres criaturas analfabetas, cheias de vida e mocidade, saídas das províncias do Norte de Portugal sem profissão ou de mesteres pouco utilizáveis nestes centros”, geralmente falhas de “cultivo intelectual e profissional”. Depois de defender a supressão da emigração de analfabetos e da sua reorientação para a África portuguesa, lá vem a informação sobre o dizer-se e escrever-se que “as outras colónias estrangeiras vão tomando vantagens à portuguesa no predomínio comercial de bastantes praças brasileiras”, facto que devia funcionar como “um toque de clarim”, o que ainda não acontecia no Pará e no Amazonas, apesar do “carácter profundamente conservador” da colónia portuguesa que não procurava conhecimentos para alterar o “rotineiro sistema de comerciar”. Já ingleses e alemães se organizavam em torno das grandes empresas que vinham ao Brasil explorar concessões ou para estabelecerem “fortes casas comerciais” destinadas à exportação, movimentando-as com os recursos e créditos em ligação com os países de origem e os Estados Unidos. Ingleses e alemães não iam ao Brasil para desbravar a selva, extrair goma ou fomentar a indústria, mas sim para “especular com os grandes capitais arregimentados pela judiaria financeira mundial, sempre garantidos por contratos que a diplomacia faria respeitar se necessário fosse”...Assim, os ingleses só emigravam “homens feitos e educados para o mester que vem exercer”. Este facto conduzia ao retorno, pois a adaptação ou assimilação era muito difícil, enquanto os portugueses chegavam em tenra idade e sem preparação, deixando-se absorver pelo meio: “confundem-se em todas as classes sociais e adaptam-se a todos os meios”, diz

¹⁶ *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, nºs 5–6, 1913, p. 215.

o elitista cônsul, que vislumbra nisso “uma promiscuidade aterradora”, que produzia apenas “um utilitarista todo embebido nas lucubrações do bem viver”, em que a simplicidade do viver português dava lugar a um “espírito de civilização a que temos ouvido chamar cosmopolitismo”. O português fixava-se no Brasil, desfrutando de posição regular no comércio, constituindo família, aludindo à Pátria como “terra miserável”, atitude frequente entre os que da lavoura se elevaram ao comércio. Aqui o estado literário e intelectual dos portugueses seria “mesquinho”, de tal modo que o tradicional Gabinete de Leitura tinha praticamente morrido ao nascer por falta de leitores, o mesmo acontecendo com uma escola de primeiras letras em Manaus.

A verdade é que a luta política não escapava à colónia portuguesa com conseqüente discriminação, pois o presidente da direcção desta Escola lembrara-se de ilustrar os alunos com palestras de história pátria e de educação cívica, apelando ao cônsul para esse efeito, mas tal não chegou a realizar-se “por motivo das nossas ideias republicanas, alegando-se que procuraríamos fazer propaganda a seu favor”. Por outro lado, o cônsul considerava que a Caixa de Repatriação era exaurida pelos emigrantes que a perseguiram “com uma tenacidade e egoísmo revoltantes, contanto que cheguem à terra com as economias intactas, para arrotar grandezas e fazer figas aos curiosos vizinhos”, confirmando assim que o elemento “repatriação” pode não significar exactamente indigência do emigrante, embora na propaganda oficial anti-emigração funcionasse como elemento dissuasor, enquanto imagem do emigrante desiludido e abandonado que implora a caridade para poder regressar.

Assim, quando aqui se fala de falta de ilustração da emigração portuguesa temos de a entender numa conotação mais ampla, onde o conceito de analfabetismo se mistura muitas vezes com outro tipo de apreciações negativas, no que se refere à falta de sentido comunitário dos emigrantes, ao desprezo com que encaram a Pátria, à

oposição nas adesões políticas, à falta de sentido ético nas relações comerciais que faziam decair a influência portuguesa também neste domínio. Mas, no aspecto comercial, o cônsul falava também da falta de sentido de responsabilidade dos exportadores portugueses que, apostando tudo nas ligações patrióticas, esqueciam que o comércio é uma arte de concorrência, negligenciando a aposta na qualidade e aperfeiçoamento dos produtos. Vale a pena observar como descreve, por exemplo, a colocação no mercado de vinho do Porto:

Com raríssimas exceções, cada caixeiro viajante que aporta ao Brasil para promover a venda de vinhos do Porto, não deixa de vir apetrechado com uma colossal carteira atafalhada de rótulos os mais extravagantes em cores e desenhos para todos os gostos, oferecendo-se para colocá-los em qualquer vinho do Porto por eles fornecido a preços sem competencia, desde a importância de 1\$600 réis fortes a caixa de 12 garrafas. O nome pouco importa ao caso: o freguês é que determina se ele deve chamar-se D. Manuel II, Santíssimo Sacramento, Senhora da Conceição, 5 de Outubro ou Republicano, etc. Geralmente não trazem amostras, porque a qualidade e a fabricação depende do preço que o freguês impõe, consoante a elasticidade dos conhecimentos da clientela; o essencial é que traga no cartaz, vinho do Porto; o ano da colheita pouco importa também mencionar, mas se o freguês é exigente, pode estampar-se na etiqueta, a letras douradas, com certa arte e elegância, Reserva de 1815.

As práticas que se verificavam no vinho, sucediam-se em relação a outros produtos, desde os agrícolas a camisarias ou ferragens, que provocavam o riso pelo

tipo de acondicionamento ou pelo acabamento que apresentavam. Condenava-se assim um analfabetismo comercial que derivava afinal directamente de Portugal e que levava os comerciantes portugueses radicados no Brasil a afastarem-se dos produtos e das ligações à Pátria. Reconhecia o cônsul que os portugueses ocupavam todo o tipo de profissões na região do Amazonas, desde a classe dos carroceiros ao do alto comércio importador, com muito peso na de artistas, operários e nos transportes, sendo que em muitos casos se nacionalizavam (por exemplo, capitães e imediatos da marinha mercante) para enfrentar as exigências da lei brasileira. E reconhece “um regular número de portugueses que vivem com certa abastança”, com o senão de esquecerem a pátria e não transferirem para cá os seus haveres (salvo as “tristes mesadas”, umas “apregoadas espórtulas para instituições de caridade” ou para “reparos na velha igreja do burgo”), alegando falta de rendimento compensador do capital em Portugal¹⁷, produzindo assim um discurso negativista sobre a emigração, aludindo a múltiplas desvantagens da emigração, particularmente na área económica. Eis um discurso típico do patriotismo republicano que se desespera, ao ver as remessas de capitais da emigração a definharem ou a não acompanharem em proporção o crescimento emigratório, muito por falta da estabilidade político-económica que tornasse atractiva a aplicação de capitais em Portugal, quando o contrário acontecia no Brasil, a atravessar uma importante fase de crescimento económico. Por isso, os emigrantes crescentemente preferiam aplicar as suas poupanças no Brasil e aí as manter mesmo em caso de regresso a Portugal, facto que frequentemente era explicado pelos publicistas portugueses de forma obtusa, atribuindo-a a debilidades culturais de identificação com a Pátria, sendo os indicadores de analfabetismo geral a grande arma utilizada nesta discussão.

¹⁷ *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, nº 10, 1914, p. 363-375.

4. Considerações finais

Poder-se-á objectar que o ensino ministrado aos portugueses que emigravam era, em geral, mínimo e em grande parte nulo e que as excepções só confirmavam a regra. Mas, como vimos em algumas referências, o conhecimento das primeiras letras pode assumir um efeito multiplicador em jovens com ambição, que a separação da família também ajuda a moldar, e constituir a rampa de lançamento para uma selecção profissional positiva: sabendo-se ler e escrever o comércio era sempre o mercado de trabalho preferido. A ascensão profissional ou não era, então, atribuída às qualidades pessoais de honestidade, fidelidade e competência, já que o currículo de cada um era público nas praças comerciais em que se inseriam.

Poderiam multiplicar-se notas biográficas como as de Paulo Faria Brandão, um emigrante de Vila Nova de Famalicão, nascido em 1844:

Tendo saído de Portugal aos 13 ou 14 anos de idade, levando como única bagagem intelectual os rudimentos de instrução primária, Paulo Faria, sequioso de saber e tão devotadamente entregue ao estudo nas horas vagas dos seus afazeres comerciais, conseguiu em breve tempo não só aprender a fundo a sua língua – coisa que poucos sabem – como também iniciar-se vantajosamente no conhecimento do latim, alemão, inglês, francês, italiano, de forma a falar algumas destas línguas com a necessária correcção e influência. Prosseguindo sempre no empenho de cultivar o espírito, Paulo Faria sacrificou todas as suas distrações à leitura dos bons livros de literatura e ciência, munuiu-se de um amplo cabedal de variados conhecimentos; e é assim que, quando em polémicas jornalísticas aventurou os seus primeiros passos, desde logo deixou adivinhar,

sob a capa do pseudónimo com que sempre se ocultou, um espírito eminentemente educado e um talento de largas e superiores faculdades”¹⁸.

Paulo Faria Brandão teve o percurso normal a tantos portugueses que ganharam a confiança da poderosa colónia portuguesa no Rio de Janeiro: foi director do Banco do Comércio, secretário do Centro Comercial de Molhados (ao serviço do qual combateu a falsificação de vinhos portugueses), secretário do Gabinete Português de Leitura e colaborador em vários jornais, possuindo uma biblioteca de alguns milhares de volumes. Quem lhe traça esta biografia é um conterrâneo e companheiro de emigração que poderia ser ele também motivo de exemplificação – Sousa Fernandes, que da pequena lavoura famalicense se tornou comerciante no Rio de Janeiro, escritor de mérito, tendo-se afirmado, na fase de retorno, como propagandista republicano (através do semanário que criou – *O Porvir*) e político activo com a implantação da República (administrador do concelho, presidente da Câmara, deputado, senador), sendo ainda um fervoroso camilianista, com responsabilidades na criação da Biblioteca Municipal “Camilo Castelo Branco” e do Museu de Camilo, em S. Miguel de Seide.

O auto-didactismo, a frequência de escolas mantidas pelas colónias portuguesas da emigração ou de escolas brasileiras, os gabinetes de leitura (onde não faltava o culto dos grandes vultos da literatura portuguesa e a animação dos rituais comemorativos afins), uma importante participação na imprensa, eis algumas provas da vitalidade intelectual dos emigrantes. É numerosa a publicação de textos de muitos emigrantes, quer na imprensa brasileira, quer na imprensa portuguesa. Os grandes jornais portugueses tinham colaboradores, muitos deles regulares, que eram

¹⁸ *Sousa Fernandes – Edição comemorativa do sexagésimo aniversário da morte do senador*, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1988, p.148-149

emigrantes no Brasil e que davam notícias da emigração, do Brasil e do mundo em geral, evidenciando uma grande desenvoltura no domínio da língua e elevadas qualidades expressivas. Há mesmo esforços para criar uma imprensa luso-brasileira, que procura explorar este mercado vasto de leitores com interesses nas relações entre Portugal e Brasil, sendo numerosos os jornais e revistas que em título ou subtítulo invocam esse desígnio. Não se esqueça que os grandes jornais também cumpriam essa função: quem ler os diários do século passado como *O Comércio do Porto*, o *Primeiro de Janeiro* ou o *Jornal de Notícias* (estes dois últimos com profundas ligações de origem a “brasileiros”) pode observar o peso que a informação do Brasil em conexão com a emigração detém nesta imprensa, com pelo menos uma primeira página semanal, sincronizada com a chegada do pacote, ou notícias mais regulares à medida que melhoram as condições de comunicação. Pequenas publicações temáticas mais efémeras ou jornais locais são frequentemente obra de “brasileiros” de retorno, que através da imprensa divulgam interesses locais, ideais políticos (tanto monárquicos como republicanos) ou desenvolvem uma pressão condicionada ao papel de caciques do constitucionalismo monárquico que muitos também desempenharam. Mesmo um elemento negativo como as regulares edições piratas de obras de autores portugueses no Brasil acabam por demonstrar a apetência pelas obras literárias portuguesas dos grandes autores e o mercado potencial que o público (marcadamente português) ali representava.

Em suma, não poderemos deixar de reconhecer que, para a emigração portuguesa jovem, ainda em crescimento físico e psíquico, com recomendação para as ocupações comerciais das zonas urbanas de maior tradição na recepção de portugueses, o Brasil funcionou como um amplo espaço de socialização, isto é, como uma Escola – de trabalho, de virtudes e de comportamentos negociais, mas também de formação geral

e cívica, onde a leitura de livros e de periódicos assumia um papel importante. Os gabinetes de leitura, a colaboração nos jornais e a criação de múltiplos títulos na imprensa, o papel de filantropia na criação de escolas no Brasil e em Portugal são fortes evidências de que essa apetência pela leitura não era meramente passiva, própria de receptores em tempos de lazer, pois a escrita era-lhe um complemento natural, numa atitude activa de intervenção e de criação de mensagens, própria de quem se implica em causas diversas, das filantrópicas à defesa dos interesses económicos ou da militância política. Com o decorrer do tempo e as alterações sócio-económicas e políticas verificadas (diferenças cambiais, dificuldades burocráticas e fiscais nas transferências de fundos, limitações à emigração e incentivos à nacionalização), algumas destas práticas da emigração portuguesa no Brasil terão perdido a sua eficácia, acentuando-se cada vez mais a integração social que a constituição de famílias e emergência dos filhos enraíza e o bom senso económico aconselha¹⁹. Então, as colónias ou comunidades de portugueses no Brasil vão perdendo gradualmente a sua visibilidade face às correlacionadas com outras nacionalidades, embora haja sempre movimentações de interesses e rituais de celebração.

¹⁹ Para tempos mais recentes, cf. Heloísa de Jesus Paulo, *Aqui também é Portugal. A colónia portuguesa no Brasil e o Salazarismo*, dissertação de doutoramento em História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998.